

trabalhador, atingindo uma cláusula pétrea do núcleo imodificável da Constituição; os direitos individuais não são apenas aqueles elencados no art. 5º da CF, mas encontram-se nela pulverizados, abrangendo os chamados "direitos sociais";

f) caso venha a ser aplicada, a EC nº 28 deve respeitar os direitos adquiridos pelos trabalhadores; o prazo prescricional nela previsto só começa a ser contado após sua publicação e os direitos adquiridos antes de sua vigência só serão atingidos pela prescrição após o transcurso de cinco anos.

### **BIBLIOGRAFIA**

BATALHA, Wilson de Souza Campos e Sílvia M. L. Batalha de Rodrigues Netto. *Prescrição e decadência no Direito do Trabalho*. São Paulo: LTr, 1996

BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. São Paulo: Malheiros, 1996

MORAES, Alexandre de. *Direito Constitucional*. São Paulo: Atlas, 1999.

NASCIMENTO, Amduri Mascaro. *Curso de Direito Processual do Trabalho*. São Paulo: Saraiva, 1990.

RODRIGUES, Sílvio. *Direito Civil*. v. 1. São Paulo: Saraiva.

SILVA, José Afonso da. *Curso de Direito Constitucional Positivo*, São Paulo: Malheiros, 1996

SÜSSEKIND, Arnaldo, Délio Maranhão, Segadas Viana e Lima Teixeira. *Instituições de Direito do Trabalho*, v. 2. São Paulo: LTr, 1999.

### **ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES PÚBLICAS: OFICIAL DE JUSTIÇA E PROFESSOR UNIVERSITÁRIO**

**Moacyr Borborema Arcoverde (\*)**

### **DA ACUMULAÇÃO**

1. A questão, à primeira vista, parece um pouco complicada, visto que, trata-se de matéria eminentemente constitucional: saber se o servidor público federal, ocupante do cargo de Oficial de Justiça, pode acumular com o de Professor Universitário.

2. A Carta Política assim preceitua - art. 37, inciso XVI:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios,*

*obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também ao seguinte:*

***XVI - É vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto, quando houver compatibilidade de horários, observado em qualquer caso o disposto no inciso XI:***

***a) a de dois cargos de professor;***

***b) a de um cargo de professor com outro, técnico ou científico”.***

3. Já a legislação estatutária - Lei nº 8.112/90 -, dispõe:

***“Art. 118. Ressalvados os casos previstos na Constituição, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos.***

***§ 2º. A acumulação de cargos, ainda que lícita, fica condicionada à comprovação da compatibilidade de horário”.***

4. As acumulações de funções, sempre geraram polêmicas. O Padre Antônio Vieira, em 1655 pregou na Capela Real o “Sermão do Décimo Terceiro Domingo de Quaresma”, onde verberava pelo abuso das acumulações remuneradas. O mesmo se deu com José Bonifácio de Andrada, ao referendar o Decreto de 18 de junho de 1822, *in verbis*: “...pelos quais se proíbe que seja reunido em uma só pessoa mais de um ofício ou emprego, e vença mais de um ordenado”.

**(\*) Moacyr Borborema Arcoverde é Advogado e Assessor da Presidência do TRT da 13ª Região**

4.1 - Com a Proclamação da República, Rui, Epitácio, Castro Nunes e tantos outros, perfilaram-se por uma corrente mais amena, permitindo a acumulação remunerada de cargos públicos que o mestre Carlos Porto Carreiro, *in* “Lições de Direito Administrativo”, 1918, pág. 220/221, definiu-a bem:

*“Num país de vida caríssima, em que o Estado não pode remunerar os seus funcionários de acordo com as condições do mercado do trabalho, é absurdo vedar as acumulações remuneradas pelo orçamento público, somente porque são remuneradas. Donde resulta que o Estado ou tem funcionários mal pagos, que se atrofiam na função e ficam impossibilitados de tentar outro meio de vida, ou dá azo, pelo menos, a que muitos deles apenas finjam cumprir o dever funcional e realmente dediquem a maior parte do tempo a profissões liberais lucrativas. Num país de escassas aptidões técnicas, semelhante proibição é uma porta aberta às incompetências”.*

4.2 - Finalmente há uma corrente intermediária, admitindo a acumulação de funções, desde que atendidos alguns requisitos. É esta regra jurídica constitucional inserta em nossas Cartas desde 1946 e mantida na de 1988, em seu art. 37, inciso XVI. O mestre J. Cretella Jr., *in* “Comentários à Constituição de 1988”, Forense Universitária, 1991, a define brilhantemente:

*“A terceira colocação defende uma tese equilibrada, decidindo-se pela acumulação de dois cargos, empregos ou funções públicas, desde que atendidos alguns requisitos limitativos”.*

5. E porque o legislador constituinte permitiu as acumulações de funções nas mãos de um só titular, tão perseguidas pelos doutrinadores, desde que, atendidos alguns pré-requisitos? Segundo o magistério de Celso Ribeiro Bastos, *in* “Comentários à Constituição do Brasil”, 3º volume, Tomo III, Saraiva, 1992, a razão,

*“Era a falta de profissionais na área à época da elaboração das Constituições anteriores. De outro, pelo tratamento especial que a Constituição houve por bem dar ao professor, em razão, precisamente, das peculiaridades do seu trabalho. O professor é aquele indubitavelmente incumbido de duas funções básicas de toda a sociedade: uma, a de transmitir às novas gerações o legado cultural do passado; a outra, a de enriquecê-lo através do estudo e da pesquisa. É o próprio ensino que sai lucrando quando o mestre, além dos conhecimentos hauridos no estudo teórico, pode acrescê-los com aqueles advindos da prática profissional”.*

6. Portanto, não resta a menor dúvida que a Constituição permite ao servidor público, não agente político, ocupar cargo técnico ou científico, acumulando com o cargo de professor, contanto que exista compatibilidade de horário.

### **DO CARGO TÉCNICO**

7. A lei que restringe direito ou concede benefícios deve ser interpretada restritissimamente. A Constituição elenca taxativamente os casos possíveis de acumulação e dentre eles inclui a possibilidade de cargo de professor com outro técnico e/ou científico. O conceito de cargo técnico não admite interpretação ampla, porque, se assim fosse, qualquer atividade humana estaria enquadrada. Não se considera técnico o cargo onde se pratica meras atividades burocráticas e sim, aqueles que reclamam por conhecimentos específicos de determinada área, ou seja, que requeira aptidões técnicas do seu exercente.

8. A doutrina pátria é muito rica em conceituar o termo “**cargo técnico**”. Tomemos como exemplo as lições do sempre lembrado e imortal Pontes de Miranda, *in* “Comentários à Constituição de 1946, 2ª edição, 1953, São Paulo, Max Limonad, vol V, pág. 228 e “Comentários à EC nº 1, de 1969, Rio de Janeiro, Forense, 3ª edição, 1987, vol. III, pág. 495:

*“Exerce cargo técnico-científico aquele que, pela natureza do cargo, nele põe em prática métodos organizados, que se apoiam em conhecimentos científicos correspondentes”.*

9. Já o renomado Pinto Ferreira, *in* “Comentários à Constituição Brasileira”, editora Saraiva, 2º volume, 1990, pág. 381, assim se reporta:

*“Os cargos técnicos são aqueles para cujo desempenho é mister familiaridade com determinados métodos, sistematicamente organizados, que repousam no conhecimento científico, ministrado em determinada cátedra.*

*O termo técnico não pode entender-se na acepção vulgar, como significando o oposto a leigo num determinado ramo de atividade profissional. Técnico é indivíduo possuidor de conhecimentos ou treino especializado em ciências ou artes particulares a uma profissão”.*

### **DO MISTER DO OFICIAL DE JUSTIÇA**

10. O servidor ocupante do cargo de Analista Judiciário - Oficial de Justiça Avaliador, deverá ser bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais - Direito -, de acordo com a RA nº 043/88, deste Tribunal, em seu art. 12.

11. Segundo a descrição sintética e analítica do cargo de Oficial de Justiça, o mesmo enquadra-se em **“cargo técnico”**, que trata o art. 37, inciso XVI, da Lei Maior, eis que, o servidor público deverá desenvolver atividade de nível superior, envolvendo tarefas relacionadas ao cumprimento de mandados de citação, notificação e intimação, bem como a execução de medidas preventivas e assecuratórias e demais ordens judiciais expedidas pelas autoridades competentes, tais como: proceder citações, notificações, intimações e outras legalmente previstas, certificando no mandado o ocorrido; realizar penhoras, avaliações, arrematação, remissão, adjudicação, arrestos, seqüestros, buscas e apreensões, lavrando no local o respectivo auto circunstanciado; redigir, digitar e conferir expedientes diversos e ainda, executar outras tarefas da mesma natureza e grau de complexidade.

12. Desse modo, para que o servidor ocupante do cargo de Oficial de Justiça possa desenvolver seu mister, deverá ter um conhecimento específico de uma área, qual seja, a de bacharel em direito e não apenas desenvolver meras atividades burocráticas.

### **DA JURISPRUDÊNCIA**

13. A Jurisprudência pátria alberga a possibilidade de acumulação do cargo técnico com o de professor, desde que haja compatibilidade de horário, senão, vejamos, nessas duas decisões do Colendo Tribunal de Justiça do Distrito Federal:

*“CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. SERVIDOR. ACUMULAÇÃO DE CARGOS. PROFESSOR E TÉCNICO.*

*1. Se a própria Administração afirma, na nomenclatura do cargo, que este é ‘técnico’, superada fica qualquer discussão a respeito, sob pena de se dizer que Administração estaria faltando com a verdade.*

*2. A atividade docente pode ser livremente desempenhada pelos servidores públicos que possuam qualificação para tanto, observada a compatibilidade de horários, porquanto não caracteriza risco de que o serviço público venha a ser mal desempenhado ou o erário lesionado.*

*3. As pessoas não devem ser perseguidas por exercer a atividade docente como se fosse um crime disseminar os conhecimentos que têm e, ao mesmo tempo, exercer outro trabalho que lhe permita viver com mais dignidade. Ainda mais nesta terra, onde grassa o analfabetismo e a deficiência educacional.*

*4. Apelo e Remessa Oficial improvidos”*

*Apelação Cível 4581197-DF - Acórdão 103956, in DJU 22.04.1998, pág. 85, relator Desembargador Valter Xavier.*

*“CONSTITUCIONAL. SERVIDOR PÚBLICO. ACUMULAÇÃO. EXERCÍCIO DE CARGO DE MAGISTÉRIO E DE TÉCNICO JUDICIÁRIO, CATEGORIA DE ASSISTENTE DE TAQUIGRAFIA. POSSIBILIDADE. PERMISSÃO CONSTITUCIONAL. (ART. 37, XVI, LETRA ‘B’). ORDEM CONCEDIDA.*

*1. O cargo de Técnico Judiciário categoria de Assistente de Taquígrafo Judiciário é eminentemente técnico porque exige de seu ocupante adequada formação, conhecimento e domínio específicos dos símbolos que permitem a rápida apreensão das palavras.*

*2. A regra inserta no art. 37, item XVI alínea ‘b’ da Constituição da República permite a acumulação de cargo de Magistério com o de Técnico Judiciário, categoria de Assistente de Taquigrafia, sendo irrelevante ser o cargo de nível médio, em face de suas atribuições”*

*Mandado de Segurança 787097-DF - Acórdão 106552, in DJU 29.07.1998, pág. 23, relator Desembargador Nívio Gonçalves.*

14. O Superior Tribunal de Justiça - STJ, guardião do direito infraconstitucional pátrio, ao pálio da atual Constituição Federal, já enfrentou o tema, mantendo decisão do Tribunal de Justiça do Distrito Federal, que havia permitido um Fiscal de Obras acumular com o cargo de Professor, em acórdão assim ementado:

*“ADMINISTRATIVO - CARGO CIENTÍFICO - CARGO TÉCNICO.*

*1. Cargo científico é o conjunto de atribuições cuja execução tem por finalidade investigação coordenada e sistematizada de fatos, predominantemente de especulação, visando a ampliar o conhecimento humano. Cargo técnico é o conjunto de atribuições cuja execução reclama conhecimento específico de uma área do saber”*

*Recurso Especial nº 117.492-DF - 6ª Turma, relator Ministro Luiz Vicente Cernicchiaro, in DJU 29.06.1998.*

15. Para se ter uma idéia, as nossas Cortes Judiciárias albergam a possibilidade de acumulação remunerada de cargos públicos, sendo um de Professor e outro técnico, mesmo que para este não seja prescindida a formação universitária; quiçá, quando a própria Administração exige, como sói acontece no caso em tela, onde esta Corte, por meio de resolução administrativa, somente admite que o ocupante do cargo de Oficial de Justiça seja bacharel em direito. Merecem destaques esses dois arestos:

*“Constitucional. Acumulação remunerada de cargos públicos de Técnico do Tesouro Nacional e de Professor. Compatibilidade de horário. Possibilidade. Art. 37, XVI, ‘b’, da CF/88.*

*I - A qualificação de cargo técnico, para os fins da acumulação permitida pelo art. 37, XVI, b, da CF/88, pode ser reconhecida quanto aos cargos de nível médio, em face da natureza de suas atribuições.*

*II - Reconhecendo o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento que o cargo de Técnico do Tesouro Nacional possui atribuições que permitem caracterizá-lo como técnico, possível a sua acumulação com o cargo de Professor, na espécie, por haver compatibilidade de horários, nos termos do art. 37, XVI, ‘b’, da CF/88.*

*III - Remessa oficial improvida.”*

*TRF - 1ª Região. REO 91.01.03296-8/DF. Relatora Juíza Assusete Magalhães, 2ª Turma. Decisão: 03/05/95, in DJU 05.06.1995, pág. 34.513.*

*“Funcionário Público. Cargo. Acumulação. Auxiliar de enfermagem e professor estadual. Admissibilidade. Arts. 37, XVI, ‘b’, da Constituição Federal e 115, XVIII, ‘b’, da Constituição Estadual. Sentença confirmada. Recurso não provido.*

*Não se exige que o cargo técnico ou científico acumulável seja somente aquele que requeira de seu titular a formação universitária. Atualmente, para fins de acumulação, basta que a função requeira de seu exercente aptidões técnicas.”*

*TJSP. AC 198656-1/São Paulo. rel.: Desembargador Ernani de Paiva. 6ª Câmara Civil. Decisão: 21/10/93, in JTJ/SP-LEX - 152, pág. 60.*

16. Já o Tribunal de Contas da União, a quem cabe o Controle Externo contábil, financeiro, patrimonial, orçamentário e operacional da União e das entidades da administração direta e indireta, também já apreciou a legalidade da acumulação de um cargo técnico com o de professor.

16.1 - No Processo TC 475.122/1996-8 - DC-0313-37/98-1 -, publicado no Diário Oficial da União de 28 de outubro de 1998, a 1ª Câmara do TCU asseverou que a Constituição Federal permite o Técnico de Pesquisas Científicas e Tecnológicas acumular com o cargo de Professor da Escola Técnica Federal da Paraíba, este, pasmem, de regime de dedicação exclusiva, inclusive. Dentre o corpo do aresto, merece destaque:

*“Quanto ao cumprimento da determinação pela ETEPB, a Secretaria Técnica entende que a Entidade regularizou a situação do servidor Almiro de Sá Ferreira, mediante cessão pelo Governo do Estado da Paraíba, sem ônus para o órgão de origem, ‘uma vez que a Constituição Federal em vigor obstaculiza a acumulação remunerada de cargos e funções, ressalvadas algumas exceções, dentre as quais a que se coaduna com a situação desse Servidor, ou seja, a cumulação de um cargo de Professor do 1º e 2º graus, com outro técnico ou científico - Técnico de Pesquisas Científicas e Tecnológicas, desde que haja compatibilidade de horário (art. 37, inc. XVI, alínea ‘b’, da CF).*

*A Constituição Federal, em seu art. 37, inc. XVI, permite a acumulação de um cargo de professor com outro técnico, desde que haja a compatibilidade de horários.*

*O Professor Almiro é detentor do cargo de Professor de 1º e 2º graus, estando sob o regime de Dedicação Exclusiva na ETEPB e é detentor do cargo de Técnico de Pesquisas Científicas e Tecnológicas do Governo do Estado da Paraíba, estando deste afastado, mediante cessão à referida Instituição, sem ônus ao órgão de origem.*

*Consoante o supracitado dispositivo constitucional, os cargos em questão são perfeitamente acumuláveis, não fosse o pressuposto da compatibilidade de horários, uma vez que o servidor exerce o cargo de professor em regime de dedicação exclusiva, estando, dessa forma, sujeito à prestação de quarenta horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos.*

*Todavia, cabe ressaltar que estando o servidor afastado do cargo de técnico, uma vez que foi posto à disposição da ETEPB pelo Governo do Estado da Paraíba, o mesmo não incorre no óbice relativo à incompatibilidade de horários.*

*Considerando que o regime de dedicação exclusiva do Professor Almiro é de caráter temporário, a qualquer momento, poderá vir a adotar*

*outra forma de regime de trabalho, possibilitando, assim, que acumule o cargo de técnico com de professor”.*

16.2 - Já no Processo TC 016.100/94-8 - DC-0386-42/96-P -, o Tribunal Pleno do TCU determinou o arquivamento de representação do Ministério Público Federal contra a servidora Ana Celeste Pereira Ferreira, entendendo que a norma constitucional não veda que o Analista de Finanças e Controle Externo do TCU, possa acumular com o cargo de Professor Universitário. Merece destaque o enfoque do Ministro Homero Santos:

*“Na espécie, é perfeitamente possível a acumulação do cargo de Analista de Finanças e Controle Externo, inclusive investido de função comissionada, com o de Professor (cf. art. 37, XVI, ‘b’ da CF)”.*

### **CONCLUSÃO**

Diante do exposto supra, o servidor público federal, ocupante do cargo de Analista Judiciário pode acumular com as funções de Professor Universitário, porquanto aquele cargo é eminentemente técnico, estando enquadrado, portanto, no rol das exceções prevista na Lei Maior, desde que haja compatibilidade de horário.

Ademais, é bom frisar, que o Administrador deve aplicar fielmente a lei escrita e de interpretá-la de acordo com seu significado evidente, sem referência aos seus desejos pessoais ou as suas concepções individuais de justiça. Não lhes cabe indagar ou discutir se o princípio que permite a acumulação remunerada de cargos públicos, atendidas algumas particularidades e exceções, é certo ou errado, desejado ou indesejado; deve-se observar simplesmente que este princípio é uma premissa legal subjacente a toda ordem natural.

### **ATUAÇÃO DOS SINDICATOS DA COMUNIDADE EUROPEIA**

Apesar das diferenças culturais, o Direito Comunitário é a pedra angular da harmonização e globalização de distintos ordenamentos jurídicos quando determinadas nações buscam objetivos comuns. Não cabe dizer que será o Direito do futuro, é presente e atraente.